

# Política científica no Brasil: os riscos da descontinuidade

---

**É** muito provável que os cortes orçamentários promovidos pelo governo federal e a queda de arrecadação desencadeada pela freada brusca no crescimento econômico entrem para a história recente da ciência brasileira como os mais profundos e graves das últimas duas décadas. Em matéria de ensino e, mais ainda, de política científica, nada pode ser mais prejudicial que a interrupção de procedimentos, o corte de recursos e a suspensão de editais de fomento à pesquisa.

Nesse contexto, as notícias recentes de que o “Programa Ciência sem Fronteiras” congelou por tempo indeterminado a oferta de novas vagas e a decisão do governo de cortar parte significativa das verbas para o financiamento estudantil (FIES) parecem ser emblemáticos dessa brutal, ainda que necessária para o ajuste das contas públicas, descontinuidade dos incentivos à formação dos estudantes e ao fomento da ciência no país.

Esse corte nos incentivos ao desenvolvimento científico é ainda mais visível se considerarmos que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), considerado a principal fonte de recursos para a pesquisa no país, sofre, desde 2014, uma significativa redução, por força de uma mudança na legislação. Não entrarei em detalhes, mas de acordo com reportagem publicada recentemente em *O Estado de S. Paulo* (Escobar, 2015), “o valor total arrecadado pelo FNDCT em 2014 caiu 28% em relação ao ano anterior: de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 3,2 bilhões”.

Se olharmos para os dados divulgados pelo próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o cenário é ainda pior, já que em 2015 o orçamento para pesquisa é de 7,5 bilhões (foram R\$ 7,7 bilhões em 2014) e para 2016 espera-se uma redução de 25% desse valor, devendo cair para R\$ 5,6 bilhões.

Nunca é demais lembrar os indicadores da ciência brasileira, que a colocam em 13º lugar no ranking mundial de produção científica. Mas quando se compara com a produção mundial, nossos cientistas não chegam a produzir mais de 2% do volume geral de pesquisas feitas no planeta. A pesquisa brasileira, de fato, tem experimentado crescimento significativo nos últimos anos, e estamos no caminho certo, ainda que lento, para sermos, um dia, considerados um país produtor de ciência.

Mas para isso não se pode interromper um processo que é naturalmente lento, como a produção de conhecimento e sua materialização sob a forma de ciência e tecnologia. Principalmente num país como o Brasil, em que parte significativa do incentivo à produção de ciência e tecnologia fica por conta do governo federal.

No caso da pesquisa básica, aquela que dá sustentação à produção futura de tecnologia, ao desenvolvimento de patentes e às mais distintas funções da pesquisa aplicada, é natural e necessário que seja estimulada e financiada pelo governo, e assim o é em todos os países.

A defasagem do Brasil nesse tema está no financiamento da pesquisa aplicada, pois, como se observa em países que apresentaram forte crescimento em C&T nas últimas décadas, estas se encontram, na maioria das vezes, atreladas à política industrial do país, atraindo investimento do setor produtivo e liberando o setor público para investir naquilo que só ele pode fazer: a pesquisa básica, em especial nas áreas de ciências humanas e sociais.

Em elucidativo estudo que compara os investimentos em C&T no Brasil e em outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, Brito Cruz (1996) mostra que, nos Estados Unidos, por exemplo, “quem realiza as atividades de desenvolvimento e de pesquisa aplicada é essencialmente a indústria”, sendo responsável por 80% do investimento em desenvolvimento e cerca de 70% do custeio de pesquisa aplicada. Enquanto isso, a universidade contribui para o financiamento da pesquisa básica.

No mesmo artigo, o autor compara os investimentos realizados pelo setor público e privado no Brasil e na Coréia do Sul entre as décadas de 1970 e 1990. Observar as diferenças na política científica dos dois países pode contribuir para nosso desafio presente. Segundo Brito Cruz, “observa-se que na Coréia do Sul o investimento realizado pelo governo nunca superou a marca de 0,3% do PIB, enquanto que no Brasil nunca foi inferior a 0,5% do PIB”. (Cruz, 1996).

O autor explica ainda que outro fator que separa os dois países é a vinculação existente no país asiático entre política de C&T e política industrial, que elevou “o investimento privado por um fator 8, de 0,2% na década de 70 para 1,6% na década de 90, ao passo que no Brasil o investimento privado em C&T nunca superou 0,23% do PIB”. (Cruz, 1996).  
Escreve Brito Cruz:

“Não se pretende com isto afirmar que a mesma política de C&T e Política Industrial executada pela Coréia do Sul possa ser adequada para o Brasil: as diferenças entre os dois países são óbvias. Mas podemos aprender que políticas adequadas podem estimular o investimento em C&T pelo setor privado, mesmo em países periféricos como era a Coréia do Sul na década de 70, e criar um círculo virtuoso de transformação de C&T em PIB nacional. Note-se que no caso da Coréia do Sul o avanço tecnológico trouxe aumento do PIB e competitividade do país, ao mesmo tempo que acontecia um notável aumento na participação do país na ciência mundial”. (Cruz, 1996).

Por tais motivos, precisa ser tomado como um alerta as manifestações de representantes de diversas entidades, como SBPC, que, preocupados com os cortes efetuados neste ano, afirmam que a situação da pesquisa no Brasil é a mais dramática dos últimos vinte anos.

Ora, um país que pretende tornar-se produtor de ciência, como o Brasil, não pode esquecer que a criação desse “círculo virtuoso”, de que fala Brito Cruz, depende da continuidade no tempo dos investimentos em ensino e pesquisa. Só assim a ciência e a

tecnologia poderão materializar-se em crescimento do PIB nacional e, por consequência, em desenvolvimento econômico, contribuindo para a diminuição da desigualdade num país que ainda tem, não obstante os avanços verificados na última década, uma enorme dívida social a saldar.

### Referências

CRUZ, C. H de Brito. “Investimentos em C&T: uma comparação da situação brasileira com a de outros países desenvolvidos e em desenvolvimento”. Trabalho apresentado no Simpósio Pesquisa Pública e Privada. Dep. Bioquímica Médica, UFRJ, 1996. In: <http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/publpriv/c&t05.html> Acesso em 09/11/2015.

ESCOBAR, Herton. “Ciência brasileira entra em crise com perda de recursos”. In: O Estado de S. Paulo, 30 de Agosto de 2015.

**Mauro de Souza VENTURA**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da  
UNESP e editor geral da Revista Comunicação Midiática.